

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 29 de Setembro de 2014 -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e catorze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e Liliana dos Santos Carapinha, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, João Pedro Silva, Miguel Ângelo Felix Miranda, Pedro Miguel Victor da Piedade e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Daniel Filipe Martins Coelho e Luís Miguel Sá Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Costa Arraiolos eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha, eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2014 e 27 de Junho de 2014; -----

----- **Ponto 2** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de setembro; -----

----- **Ponto 3** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 20º do Regimento; -----

----- **Ponto 4** - Relatório da auditoria da IGF ao Município de Alpiarça, para conhecimento. -----

----- **Ponto 5** - A apreciação, discussão e votação da proposta de designação do Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo. EM, SA” - Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Lda”, representada por João António Carvalho Careca, ROC; -----

----- **Ponto 6** - Apreciação, discussão e votação da Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo – Lei n.º 36/2014, de 26 de junho; -----

----- **Ponto 7** - Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alpiarça; -----

----- **Ponto 8** - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Imposto Municipal de Imóveis (I.M.I.) para o ano de 2015; -----

----- **Ponto 9** - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre participação variável no IRS – valor percentual para o ano 2015 – n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais; -----

----- **Ponto 10** - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas; --

----- **Ponto 11** - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Taxa de Derrama – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais; -----

----- **Ponto 12** - Apreciação da situação de má qualidade da água da Barragem dos Patudos – Quinta dos Patudos, Legado José Relvas, suas consequências e possíveis soluções; -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão eram vinte horas e cinquenta e sete minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que os deputados João Osório, Celestino Brasileiro, Henrique Santana, António Júlio, Miguel Ângelo Lopes Eusébio e Hélia Bernardes, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Ana Margarida Vences Rosa do Céu, eleita pelo PS, pediram suspensão do mandato e foram substituídos nesta sessão por: Liliana Carapinha, Miguel Miranda e Pedro Piedade todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Daniel Coelho, eleito pelo PS. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Mesa deu início ao primeiro período de intervenção do público.

----- Começou por dar a palavra ao munícipe Eduardo Fernando Nunes Costa, que declarou querer falar sobre política fiscal. Alpiarça pratica uma taxa mínima do IMI. Pretende saber quem é o responsável dessa taxa. Fala do IRS e da derrama. Constata a contradição que existirá na CDU que se manifesta contra as políticas do Governo de aumento de impostos e que pelo contrário tem uma prática no mesmo sentido. -----

----- Em seguida foi dada a palavra ao munícipe Pedro Branco que irá falar sobre a Alpiagra. O munícipe questionou sobre o facto do ruído praticado na feira se prolongar para além da licença concedida pela Câmara Municipal e para os níveis de ruído praticado durante a Alpiagra, elevadíssimos, sobretudo durante alguns concertos. -----

----- Finalmente, foi dada a palavra ao munícipe Alfredo Gilberto Desterro, que pretende falar sobre um caminho público em fase de reparação. Pretende saber para quando se executa a obra. Esclareceu que não falava apenas em nome pessoal, mas também em nome de outros proprietários de terrenos servidos por aquele caminho e que também se encontravam presentes na Assembleia. Lembrou as promessas feitas para esta situação e apelou para que tivesse uma solução rápida. -----

----- Finalmente, o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que considere pertinentes. -----

Respondendo ao munícipe Eduardo Costa, sobre o IMI, esclareceu que a taxa mais elevada era a praticada pelo município até 2012, mesmo antes da maioria da CDU, que se limitou a manter essa situação. Em 2011 com a entrada do Plano de Saneamento Financeiro havia a convicção por parte de todo o executivo da Câmara bem como dos deputados da AM que havia a obrigação legal dos impostos serem taxados pela taxa máxima. -----

----- Em 2012, o executivo municipal aprovou por unanimidade a taxa mínima do IMI. Historicamente a responsabilidade da taxa ser mínima, deve-se ao executivo da Câmara Municipal e aos Deputados Municipais que a ratificaram. -----

----- Relativamente ao munícipe Pedro Branco, esclareceu que entende as preocupações do munícipe, e que procurará estar atento a esta situação. No entanto, também diz que as festas que se realizam em todas as localidades são um momento de exceção e que também deve existir alguma tolerância. Até porque se queremos cativar os jovens a participarem nestes eventos, também temos de fazer algumas cedências perante os gostos desta geração. Enfim, temos de procurar um ponto de equilíbrio. ----

----- Relativamente às palavras do munícipe Alfredo Gilberto Desterro, o Sr. Presidente confirmou as suas palavras, dizendo que o processo se arrasta há cerca de 8 anos. Que houve acordo judicial e que a Câmara se comprometeu a fazer as obras necessárias para desobstruir o caminho. Não o fez este ano por questões orçamentais, mas que se compromete a resolver o assunto no próximo ano. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Mesa, deu início a este período, aceitando inscrições para intervenções neste período. Face ao número de deputados inscritos, foi concedido pelo Presidente da Mesa um período de quatro minutos a cada deputado. -----

----- Paulo Sardinheiro disse saber que foram feitas alterações contratuais na concessão do parque municipal de campismo, em que inicialmente o contrato da concessão foi feito a uma pessoa em nome individual e agora será transferido para uma empresa unipessoal, cujo capital social fica aquém das rendas em atraso e das despesas já efetuadas em água e luz, tendo o deputado afirmado ter algumas dúvidas na legalidade desta transferência, porque o município não tem nenhuma garantia ou aval que possa cobrir o não cumprimento do contrato no que toca a rendas e a benfeitorias a realizar no espaço. -----

----- Maria Gabriela Coutinho passou a ler uma declaração de voto que o sr. Vereador Francisco Cunha pretendeu fazer numa reunião de câmara e que não teria sido autorizado pelo sr. Presidente da Câmara, a declaração de voto tinha o seguinte teor: “Reunião n.º 17/2014, ponto 10.º da Ordem de Trabalhos, Assunto: - Proposta de deliberação da cessão da posição contratual da concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça, Bruna Alexandre Véstia Sousa, para a “Trilhos do Sol Sociedade Unipessoal, Lda, de que a primeira é a única titular – Em primeiro lugar pretendo condenar veementemente a atitude prepotente e anti-democrática do sr. Presidente da Câmara ao impedir-me de fazer a declaração de voto na altura própria e após a discussão do assunto, em relação à matéria discutida neste ponto quero reafirmar conforme foi claramente demonstrado durante a discussão do mesmo, além de todo este processo parecer ser ilegal, não posso deixar de realçar que o sr. Presidente da Câmara assumiu claramente que tinha conhecimento da situação e que assumia pessoalmente o que pudesse advir da decisão de aprovar o requerimento pretendido pela concessionária. Quero por isso que fique registado em ata a minha posição de voto contra e o voto

favorável do sr. Presidente da Câmara, que após ter sido alertado para todos os potenciais riscos e prejuízos que poderão advir para o erário público e particularmente para a Câmara Municipal de Alpiarça, assumiu uma rígida posição pessoal contra o bom senso que a situação requeria, assim sendo, quero que fique registado que todo e qualquer prejuízo futuro referente ao Parque Municipal de Campismo de Alpiarça, deverá ser imputado pessoalmente ao sr. Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira e que deverá ser o próprio a assumir pessoalmente o prejuízo que o município eventualmente possa vir a ter, tendo inclusivamente consciência que neste momento o incumprimento já supera o dobro das garantias prestadas, o vereador da Câmara Municipal de Alpiarça, Francisco Saturnino Cunha.” ---

----- Finda a intervenção da deputada o sr. Presidente da Mesa esclareceu que de futuro este tipo de intervenções não voltariam a ser autorizadas, embora tivesse permitido a presente intervenção, que teve toda a legitimidade. Mais acrescentou que a intervenção foi de certo modo anómala, tendo em conta que um deputado municipal leu uma declaração de voto de um vereador, respeitante a uma reunião de câmara, não fazendo sentido algum que deputados municipais sejam correias de transmissão de vereadores. -----

----- Fernando Ramalho começou por lamentar o baixo nível a que têm chegado as reuniões do Executivo, coisas que ocorreram em reuniões de câmara e que colocam muito mal o nome de Alpiarça: desde tratamentos insultuosos, uma série de trapalhadas que era bom que não existissem e que infelizmente aconteceram. Apelou a todos os participantes nas reuniões do Executivo, em nome da bancada do PS, que não degradem o clima de relacionamento institucional que deve existir neste tipo de instituições. Mudando de assunto o deputado Fernando Ramalho disse congratular-se pelo facto das floreiras verticais terem voltado a ter uso, desta feita na rua João de Sousa Falcão, que é a via que faz a entrada em Alpiarça, de quem vem do lado de Santarém. Lamentou que continue em estado de elevada degradação o edifício onde funciona o Posto da GNR e que já foi edifício dos Paços do Concelho, chamando a atenção para o facto de um dos torreões já ter ruído há cerca de seis anos e que ainda não foi substituído. Lamentou o elevado estado de degradação em que se encontra a estrada rural que vai da Quinta da Torre à Quinta da Lagoalva de Cima e apelou à Câmara Municipal para fazer uma intervenção urgente. Finalizou alegando que se o

Executivo poupar na publicidade que faz no jornal Avante, nomeadamente na Revista da Festa do Avante, talvez o dinheiro sobre para algumas destas reparações urgentes. --

----- Daniel Coelho fez um reparo sobre a não colocação de uma máquina MULTIBANCO durante a realização de edição deste ano da Alpiagra, tendo sentido algumas queixas por parte de comerciantes, expositores e visitantes. -----

----- Miguel Sá Pereira em primeiro lugar agradeceu à Câmara Municipal a cedência de uma urna para a realização de um ato eleitoral interno do PS, bem como agradeceu a cedência do espaço por parte da Junta de Freguesia, agradecimento que já dirigiu pessoalmente à presidente daquele órgão autárquico. Congratulou-se também por a Câmara Municipal ter voltado a adotar o símbolo da Alpiagra, símbolo esse que foi criado por funcionários do município há alguns anos atrás. O mesmo deputado depois apresentou dois requerimentos verbais, os quais tinham a seguinte redação: -----

----- 1.º Requerimento: Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, alínea d) e artigo 31.º do Regimento da Assembleia Municipal requer-se que a Câmara Municipal apresente informação escrita detalhada sobre todas as despesas da última Alpiagra. Que apresente cópia dos contratos celebrados nessa Alpiagra com os seguintes artistas: David Antunes, Casimira Alves e Melão. A bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

----- 2.º Requerimento: Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, alínea d) e artigo 31.º do Regimento da Assembleia Municipal requer-se o seguinte: Foi dito numa reunião de câmara, pelo Ex.mº Senhor Presidente da Câmara, Dr. Mário Pereira, conforme se pode ouvir em gravação de vídeo disponibilizada online, que num dos mandatos em que o PS assumiu os destinos do concelho, a secção cultural do Clube Desportivo “Os Águias” recebia verbas camarárias que por sua vez eram destinadas à direção do referido clube. O sr. Presidente da Câmara disse e está gravado, no vídeo da reunião de 22-08-2014 “Isto aqui é tudo limpinho, nós funcionamos com toda a clareza, nós não usamos coberturas de secções culturais dos Águias para transferir dinheiro para atividades que não têm suporte, não fazemos isso ao contrário dos que o fizeram noutros executivos do PS. Nós o que fazemos é tudo clarinho.” A bancada do PS perante a gravidade de tal acusação procurou junto dos vários intervenientes (membros da secção cultural e membros do executivo da altura) saber se tal acusação correspondia à verdade. Os intervenientes contactados negaram terminantemente que

alguma vez tais práticas tenham ocorrido, estas pessoas quando souberam da acusação ficaram compreensivelmente indignadas e revoltadas com a acusação que no seu entender é falsa e leviana. Para além de terem considerado que a sua honra e honorabilidade pessoal foi diretamente atingida. Perante estes factos impõe-se que a verdade seja reposta. A bancada do Partido Socialista vem requerer nos termos do artigo 2.º, n.º 2, alínea d) e artigo 31.º do Regimento da Assembleia Municipal e ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que o sr. Presidente da Câmara de Alpiarça, Dr. Mário Pereira preste informação escrita das datas em que a Câmara de Alpiarça efetuou transferências monetárias a favor da secção cultural do C.D. Os Águias, bem como apresente prova em como tais transferências não foram destinadas às atividades da referida secção mas sim à direção do Clube. No caso das provas ora requeridas não serem apresentadas a bancada do PS retirará a conclusão de que o sr. Presidente da Câmara de Alpiarça, Dr. Mário Pereira, não falou verdade. Reputa tal comportamento que desde já considera inadmissível e condenável. A bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

----- Ana Paula Matias, em nome da bancada da CDU felicitou o Executivo pelo modo como tem gerido os destinos deste concelho, exemplificando que a nossa vila nos últimos anos tem tido uma atividade constante em termos desportivos e culturais, há muito tempo a esta parte que todos os fins de semana, feriados, sábados e domingos, estamos em movimento, movimento esse que até concelhos vizinhos referem e aplaudem. Depois congratulou-se com êxito alcançado com o Festival do Melão, referindo que se avançou mais um bocadinho na proteção do nosso melão e na qualidade do festival, que esteve muito boa, teve muitos visitantes e teve uma divulgação num programa televisivo em direto. Congratulou-se também com o êxito alcançado pela Alpiagra, que teve bastantes visitantes, mesmo durante a semana, considerando que já há muito tempo não se via tanta gente na Feira à noite, que há sempre aspetos a melhorar. Sobre a Saúde congratulou-se pela vinda de mais dois médicos para Alpiarça, que a Saúde é muito importante e por isso defendemos a Saúde e por isso nos manifestamos e vamos para a rua defender uma das conquistas de Abril. Referiu-se à crítica feita pela bancada do PS ao descuido sobre a elevada degradação do antigo edifício dos Paços do Concelho, referindo que não tem sido um descuido, mas sim uma preocupação do Executivo e alertou para o facto do torreão ter sido

demolido durante a governação local pelo PS, e estranha que durante esse período nunca ouviu nesta assembleia uma crítica a esse facto e nessa altura havia imenso dinheiro para obras. Finalizou apelando ao bom relacionamento entre todos os participantes nas reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal, ressaltando que nesta última também tem de ser dado o exemplo de respeito, de serenidade, e de bom comportamento, pois enquanto o Presidente da Mesa e outros colegas estavam a falar, ouvia-se um sururu na sala que impedia uns de ouvirem o que os outros diziam. -----

----- Fernando Ramalho evocou o artigo 30.º do Regimento para fazer um pedido de esclarecimento, tendo o deputado alegado que a ordem de inscrição dos deputados é irrelevante, devendo ser igual para quem se inscreve em primeiro lugar e para quem se inscreve em último lugar, afirmando que não pode admitir que as intervenções de certas bancadas sejam analisadas, comentadas e discutidas por intervenções de quem fala a seguir, como foi o caso que aconteceu com a CDU, e questionou o sr. Presidente da Mesa se lhe iria conceder novamente a palavra para comentar a intervenção que foi feita por parte da bancada da CDU que fez isso com a sua intervenção. -----

----- O sr. Presidente da Mesa informou o deputado que lhe daria a resposta ainda no decurso do período antes da ordem do dia. -----

----- Mário Santiago disse que não podia deixar de registar a observação que foi feita pelo sr. Presidente da Mesa quando foi feita a leitura da declaração de voto de um vereador que não pode ser feita numa reunião de câmara e disse não concordar que a um deputado municipal só lhe seja concedido o direito de emitir a sua opinião, porque uma das atribuições da Assembleia Municipal é exercer uma ação fiscalizadora sobre a atuação da Câmara Municipal. Ora não sendo conhecida da população essa declaração de voto, por impedimento do sr. Vereador Francisco Cunha de a fazer, desta forma, a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) com a leitura da referida declaração trouxe-a ao conhecimento público, clarificando os motivos que levaram o dito vereador a querer fazê-la. Continuando no uso da palavra o deputado chamou a atenção para a falta de condições que são disponibilizados aos utentes no exterior do Centro de Saúde de Alpiarça que precisam de se deslocar de madrugada para o mesmo a fim de conseguirem a apanhar uma consulta médica. Apelou a que alguém pense num modo de melhorar as condições desses utentes, que ali ficam horas no exterior sujeitos à adversidade das condições meteorológicas até que lhes abram a porta. Usou ainda da

palavra para expressar a opinião que o sr. Vereador Francisco Cunha já informou numa reunião de câmara como disponibilizar gratuitamente uma máquina ATM (multibanco) durante a realização da Alpiagra, finalizou apelando a que haja uma certa humildade e pedido de colaboração quando situações desta natureza acontecem. -----

----- O sr. Presidente da Mesa deu um minuto ao deputado Fernando Ramalho para responder à deputada Ana Paula Matias sobre o comentário que esta tinha feito à intervenção do deputado. Em jeito de resposta aos comentários de Paula Matias, Fernando Ramalho disse que não concorda com os rasgados elogios que a deputada teceu ao Executivo, e que ao contrário do que ela diz, considerou que esta é uma câmara de serviços mínimos, em que não há uma visão, não há uma ambição, não há um desejo, não sabem o que querem para Alpiarça, limitando-se a gerir o dia a dia, à espera que o concelho acabe e que sejamos integrados no concelho de Almeirim. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às considerações e às questões colocadas pelos autarcas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara começou por responder às questões do deputado Paulo Sardinheiro, referindo que no que respeita à concessão do parque municipal de campismo o único objetivo que preside às decisões do Executivo é a sua dinamização e a possibilidade de o colocarmos ao serviço de Alpiarça e dos alpiarcenses. -----

----- Sobre a declaração de voto lida pela deputada Maria Gabriela Coutinho, o sr. Presidente da Câmara disse que a reunião de câmara a que aquela alude está gravada e publicada em vídeo e pode ser vista por toda a gente, esclareceu que de facto foi uma declaração de voto que não deixou o sr. Vereador Francisco Cunha proferir, porque depois do Presidente da Câmara ter dado a prerrogativa dos senhores vereadores fazerem a sua declaração de voto, depois do sr. Vereador Pedro Gaspar ter feito declaração de voto, depois do próprio Presidente da Câmara ter feito a sua própria declaração de voto, o sr. Vereador Francisco Cunha quis fazer a sua, ao que não foi autorizado, porque quem conduz as reuniões da câmara de Alpiarça ainda é o Presidente da mesma, e esse mesmo presidente entende que deve ser o último a ter a palavra, depois de, com toda a liberdade, deixar todos os outros membros do Executivo intervirem nas discussões e fazerem as suas declarações de voto se assim o entenderem. Além disso e como também pode ser visto na mesma gravação, o sr.

Vereador Francisco Cunha foi autorizado, a se assim o entendesse, na próxima reunião de câmara fazer a sua declaração de voto. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado Fernando Ramalho e no que toca à recuperação do edifício e dos torreões da antiga câmara, o sr. Presidente da Câmara lembrou que o edifício está degradado há muitos anos, incluindo na época dos mandatos do PS, e não há memória de nenhum elemento da bancada deste partido nesta assembleia, incluindo o deputado Fernando Ramalho, ter chamado a atenção para que o executivo da altura procedesse à recuperação do edifício. Lembrou ainda que a cobertura do torreão foi retirada ainda no mandato do PS e que da sua estrutura o que restou são umas tábuas podres e uns aros metálicos e não se sabe de mais nada. Acrescentou que relativamente à recuperação do edifício é um assunto que está na ordem do dia na câmara, já foi objeto de um projeto, já reunimos com dois ministros da Administração Interna, com o Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicada e com outras entidades públicas, na tentativa de enquadrar a sua recuperação com a ajuda de fundos comunitários, ou na sua impossibilidade que o grosso da comparticipação fosse a cargo do governo central. Sobre a estrada municipal que liga a Quinta da Torre à Quinta da Lagoalva de Cima é um problema que temos, é um problema que os municípios e a população portuguesa tem e vai ter nos próximos anos, porque se até aqui as intervenções que foram feitas nas vias rodoviárias nacionais com a ajuda de fundos internacionais, neste momento e futuramente não se perspetiva que a comunidade europeia nos venha a ajudar, até porque há quem considere que temos estruturas rodoviárias em excesso. A intervenção nesta via municipal terá de ser uma intervenção pontual, procurando reparar os troços em pior estado. Sobre a publicidade na revista da Festa do Avante, disse que é uma publicidade que já vem sendo colocada há vários anos e adiantou que se algum dia o PS ou o PSD tiveram uma festa com as dimensões da Festa do Avante e revistas alusivas aos eventos e nos solicitarem publicidade, será com certeza equacionada a hipótese de proceder com essas revistas do mesmo modo que se tem feito com a revista da Festa do Avante.

----- Relativamente à questão levantada pelo deputado Daniel Coelho sobre a colocação de uma caixa ATM na Alpiagra, o sr. Presidente da Câmara informou que a verba que tinha sido pedida à câmara, foi de um valor acima os quatro mil euros e o executivo entendeu não arcar com esta despesa, já que os orçamentos deste certame

têm sido de contínua contenção. O sr. Presidente da Câmara finalizou a sua intervenção alegando que os executivos do PS gastavam cento e oitenta mil euros na Alpiagra e os executivos CDU estão a gastar menos de cinquenta mil euros, porque é esta a realidade que temos e a que estamos obrigados, porque há regras rígidas que se impõem. -----

----- Relativamente ao agradecimento do deputado Luís Miguel Sá Pereira sobre cedência de materiais e espaços, o sr. Presidente da Câmara disse que os equipamentos e os espaços municipais estão ao serviço da população, onde se incluem as forças políticas democráticas. Sublinhou que nem sempre foi assim, e noutros tempos dificultou-se a vida a certas forças políticas não cedendo espaços e retirando propaganda política. Sobre os requerimentos entregues por este deputado o sr. Presidente da Câmara prometeu remeter a informação solicitada, logo que a tenha disponível. -----

----- Relativamente à situação colocada pelo deputado Mário Santiago sobre as deficientes condições no Centro de Saúde, para quem espera por consultas, esclareceu que cabe ao governo central as competências nesta área, e é isto que o governo português tem tido dificuldade em satisfazer, pese embora o facto reconhecido da qualidade do Serviço Nacional de Saúde ter evoluído de forma exponencial desde o 25 de Abril de 1974. Realçou ainda o suporte das despesas, por parte da câmara Municipal, com a habitação de dois médicos cubanos que foram colocados em Alpiarça e que de outro modo iriam para outro concelho e não ficariam cá. Quanto às condições do atendimento dos utentes do nosso Centro de Saúde, disse que o executivo está atento e continua a fazer as necessárias exigências para a solução desses problemas junto das autoridades nacionais e regionais de saúde. -----

----- Finda a sua intervenção o sr. Presidente da Câmara disse que haveriam duas ou três questões que os senhores vereadores Carlos Pereira e João Arraiolos estariam em condições de responder. -----

----- Entretanto o deputado Mário Santiago evocou um ponto de ordem à mesa, alegando que o sr. Presidente da Câmara não lhe tinha respondido concretamente à sua questão, porque o que o deputado disse foi que os utentes do Centro de Saúde Alpiarça que têm de se dirigir de madrugada para obterem consulta, não têm condições condignas para esperarem na rua para obterem uma consulta. -----

----- O sr. Presidente da Câmara em relação a esta questão informou que a Câmara Municipal a expensas próprias e sem qualquer obrigatoriedade de o fazer, procedeu a pinturas e arranjos exteriores de todo o edifício que alberga a Casa do Povo de Alpiarça, a Delegação da Segurança Social e o Centro de Saúde, havendo o compromisso por parte do Ministério da Saúde de proceder aos arranjos interiores e melhorar as condições de atendimento aos utentes do Centro de Saúde. -----

----- Entretanto o sr. Vereador Francisco Cunha evocou o artigo 32.º do Regimento, tendo o sr. Presidente da Mesa respondido que o senhor vereador poderia usar dessa prerrogativa no final da reunião. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira referiu que nada tinha a acrescentar, face à explicação que tinha sido dada pelo sr. Presidente da Câmara relativamente à não colocação de uma caixa ATM durante a realização da Alpiagra. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos relativamente à transferência da concessão do Parque Municipal de Campismo de Alpiarça, para a empresa Trilhos do Sol, esclareceu que conforme já foi informado em reunião de câmara, é uma prerrogativa do contrato inicial que possa haver uma cedência por parte da concessionária para outra entidade, desde que autorizada pela câmara municipal. Tendo o pedido sido feito pela concessionária, a câmara autorizou essa transferência para a empresa Trilhos do Sol que é uma empresa unipessoal em que a concessionária é a única titular, tendo-se instruído o processo, como se de um processo novo se tratasse, com a exigência de toda a documentação oficial que é costume pedir-se nestes casos. Mais informou que todas as responsabilidades do contrato inicial passaram para esta nova concessionária conforme estava salvaguardado no contrato.-----

----- Findo o Período de Antes da Ordem do Dia, o sr. Presidente da Mesa propôs que se fizesse um intervalo de cinco minutos, findo o qual foi dado início ao Período da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2014 e 27 de Junho de 2014;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a ata de 30 de Abril, como não se registou qualquer intervenção para alteração da sua redação, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções: Daniel Coelho (PS) e

Paula Matias (CDU) por não terem estado presentes na respetiva assembleia e com duas ausências da sala: Fernando Ramalho (PS) e Maria Gabriela Coutinho (TPA). -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a ata de 27 de Junho, tendo-se procedido à correção de uma gralha ortográfica, foi a ata posta à votação tendo sido aprovada por maioria com três abstenções, resultantes dos signatários não terem estado presentes na respetiva assembleia. -----

----- **Ponto 2 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de setembro;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs este ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Presidente da Câmara, a fim do mesmo fazer o respetivo enquadramento. -----

----- No uso da palavra o sr. Presidente da Câmara, disse que gostaria de realçar a realização do Festival do Melão, a realização da Alpiagra, a inauguração da Unidade de Atendimento das Águas do Ribatejo, as reuniões com a senhora Diretora Executiva do ACES, a aquisição do equipamento de proteção individual para os Bombeiros, a aquisição da VUCI – Viatura urbana de combate a incêndios, as visitas de idosos a Arraiolos, as reuniões sobre os problemas da Barragem dos Patudos, a receção aos professores, a apresentação da médica de nacionalidade cubana, a articulação entre a Fábrica da Igreja, o Município e a Freguesia, para as comemorações do dia da Freguesia, e no que diz respeito à situação financeira, o abatimento da dívida de dois milhões e trezentos mil euros, nesta data. -----

----- Paulo Sardinheiro questionou o sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do ensino do Mandarin, dizendo que reparou que houve uma reunião do Conselho Geral e que havia a expectativa que pudesse já arrancar durante este ano letivo, face à boa receptividade a esta proposta apresentada pelo movimento Todos Por Alpiarça. -----

----- Paula Matias felicitou novamente o Executivo pelo apoio que deu à Junta de Freguesia na realização das iniciativas “Aqui ao Luar”, que se realizaram por todos os lugares do concelho, solicitou que o sr. Presidente da Câmara falasse mais detalhadamente sobre os assuntos tratados nas reunião que teve com o ACES, congratulou-se pelo facto do Executivo ter conseguido descer a dívida do município,

apesar do aumento do apoio às coletividades, a realização de obras, a realização das Feiras e as iniciativas culturais e desportivas que tem vindo a efetuar. -----

----- Fernanda Garnel felicitou o Executivo pela realização da Operação Melão, que foi uma iniciativa muito bem pensada e uma forma de divulgar o melão. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às considerações e às questões colocadas pelos autarcas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara começou por responder à questão colocada pelo deputado Paulo Sardinheiro sobre o ensino do Mandarim, informando que não cabe ao Conselho Geral a competência de decidir sobre esta matéria. O assunto foi comunicado à Direção da Escola e deverá ser analisado pelo Conselho Pedagógico mas até à data não há ainda qualquer comunicação. De qualquer modo mesmo que fosse essa a intenção dos órgãos legítimos da Escola, seria sempre impossível que neste ano letivo se concretizasse. -----

----- Relativamente à questão colocada pela deputada Paula Matias, disse que a reunião que está aqui reportada com o ACES, foi realizada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIMLT, com as presenças da anterior e da presente diretora executiva daquele organismo do Ministério da Saúde, onde foram abordadas as questões relativas à Saúde na área dos onze municípios da lezíria e onde também foi exposto o caso concreto da situação de Alpiarça e também no âmbito da CIMLT se reuniu com o Diretor do Hospital Distrital de Santarém e serão assuntos que continuarão na ordem do dia, no sentido de se melhorarem os problemas que afetam a região. -----

----- **Ponto 3 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 20º do Regimento;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs este ponto à discussão, informando que deram entrada na Mesa, nos termos regimentais, quatro documentos enquadrados neste ponto. O primeiro documento a ser posto à discussão foi um Voto de Saudação aos Municípios Centenários, apresentado pelo sr. Presidente da Mesa, tendo o Sr. Secretário Júlio Pratas feito a sua leitura. -----

----- Os deputados Fernando Ramalho e Maria Gabriela Coutinho usaram da palavra no sentido de darem o seu apoio ao presente Voto de Saudação. Posto o voto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- O sr. Presidente da Mesa chamou a atenção para o facto da bancada do PS ter apresentado um Voto de Censura quando o que está previsto no regimento da assembleia são moções de censura, referiu no entanto, que se a assembleia não se opuser, e transformando-se o voto em moção estará disposto a pôr o documento à discussão. O deputado Fernando Ramalho disse que foi por lapso que a bancada do PS chamou voto e não moção, mas que caberá à Mesa atribuir os nomes aos documentos que lhe foram entregues para serem discutidos neste ponto. A deputada Paula Matias opinou que o PS sabe perfeitamente que não há esta figura do voto de censura mas sim moção e quis criar aqui um precedente, daí que o nome do documento tenha de ser alterado. -----

----- O sr. Presidente da Mesa perguntou quem votava contra a mudança da designação de voto de censura para moção de censura. Paula Matias, Marco Silva, Miguel Miranda, Pedro da Piedade e Fernanda Garnel, da CDU-(PCP/PEV) votaram contra. Fernanda Cardigo, João Pedro Silva e Júlio Pratas, também da CDU-(PCP/PEV), abstiveram-se. Os restantes dois elementos da CDU-(PCP/PEV), e os elementos das bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT) votaram a favor. Foi assim aprovada por maioria a mudança de designação de Voto de Censura para Moção de Censura e conseqüentemente a sua entrada na discussão. Fernando Ramalho em declaração de voto considerou que esta votação era desnecessária, que uma moção também é um voto embora mais ampla e que este voto poderia e deveria ter sido agendado nos termos regimentais. De qualquer modo tomando a Mesa esta posição de mudar o nome, a bancada do PS não se opôs, preferindo que o voto fosse votado como moção, do que não ser votado. Prometeu que futuramente a bancada do PS vai estar atenta e seguir o Regimento da Assembleia escrupulosamente à letra. De seguida o deputado Fernando Ramalho passou à leitura da Moção de Censura à forma tardia como foi feita a divulgação do programa da 32.ª edição da ALPIAGRA que se realizou de 6 a 14 de Setembro de 2014. -----

----- Daniel Coelho referiu-se novamente às questões que colocou sobre a falta da máquina multibanco na Alpiagra e considera que essas questões não foram respondidas. Considerou que é lamentável o atraso na divulgação do programa da Alpiagra, não tanto para visitantes mas até para comerciantes, porque o participar ou

não participar num certame desta natureza, muitas vezes depende do programa oferecido, programa esse que saiu tardiamente. -----

----- Fernando Ramalho considerou que ter programas feitos e divulgados atempadamente é uma competência da câmara que não foi cumprida, quando a data da Alpiagra já há meses que estava marcada e há anos que se realiza na mesma altura. Opinou que é um sintoma revelador de desleixo e que já no ano passado o programa da Alpiagra saiu tardiamente. Justificou a apresentação desta Moção de Censura à Alpiagra precisamente porque o atraso na saída dos programas é só mais um exemplo da forma desleixada, pouco cuidada, do “deixa andar”, dos serviços mínimos, como ultimamente têm sido conduzidas as obrigações da Câmara Municipal. -----

----- Miguel Sá pereira disse que fazia suas as palavras do colega de bancada que o antecedeu, afirmou que no tempo do PS poderia gastar-se mais dinheiro na Alpiagra, mas pelo menos sabia-se com mais antecedência o programa da Alpiagra, que este ano além de tardio saiu com erros. Frisou que provavelmente a programação antecipada e rigorosa também ajudaria a que pudesse ter havido uma máquina ATM na feira e que provavelmente tivessem vindo ainda mais expositores à Alpiagra. -----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que também não concordava que a programação da Alpiagra tivesse sido divulgada tão tardiamente, porque os comerciantes e expositores têm de ter o seu tempo para se organizarem e prepararem a sua participação. Sugeriu que logo no mês de Janeiro, um mês em que habitualmente há menos atividades se programassem os vários eventos e se contactassem os agentes artísticos, pois nesta altura é mais fácil negociar e com preços mais apetecíveis. -----

----- Fernanda Cardigo considerou inadequadas as palavras desleixo e incompetência usadas nesta Moção, palavras que o Partido Socialista tem usado até noutras situações junto dos órgãos de comunicação social, ainda mais tratando-se de um evento que foi um sucesso, que teve uma das maiores participações de sempre e realizado por valores que não se aproximam nem de longe das verbas que eram gastas na gestão PS. -----

----- Fernanda Garnel usou da palavra para dizer que embora os programas definitivos da Alpiagra tivessem saído uma semana antes da sua realização, o cartaz da mesma saiu logo durante o Festival do Melão. -----

----- Mário Santiago lamentou que o Partido Socialista usasse a figura da Moção de Censura para criticar uma festa, quando há tanta coisa para criticar a este Executivo

CDU, nomeadamente a falta de uma política fiscal atrativa, a falta de uma política de captação de investimento, a falta de natalidade e o facto de apenas terem aberto duas turmas do 1.º ano de escolaridade, as atitudes anti-democráticas deste Executivo, o envelhecimento da população do concelho, a diminuição do comércio, o aumento da poluição, considerando que o Todos Por Alpiarça tem realmente feito uma oposição muito mais realista, tem apontado deficiências e tem apresentado propostas. -----

----- Paula Matias disse fazer suas as palavras da sua colega Fernanda Cardigo, considerando exageradas as palavras desleixo e incompetência, unicamente devido à data de saída do programa, num Certame que foi um êxito, que teve um elevado número de expositores e de visitantes e deu os parabéns aos funcionários da câmara que deram o seu melhor para que não houvesse falhas e para que a Alpiagra 2014 fosse uma Feira digna e tivesse alcançado o enorme êxito que alcançou. -----

----- O sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara, dado que a Moção se dirige a uma atividade da Câmara, o qual opinou que se a bancada do Partido Socialista achou que o Programa da Alpiagra saiu um pouco tarde, bastaria ter feito um reparo, uma chama de atenção, até porque ele próprio ao tempo dos executivos de maioria socialista em que era vereador da oposição, lembra-se perfeitamente de programas que saíram tardiamente e ter chamado a atenção para o facto, nunca chegando ao ponto de pensar em usar uma Moção de Censura sobre isso. Lembrou também que agora há um dado novo que é ter um Festival do Melão que não existia e que ocorre cerca de menos de um mês e meio antes da Alpiagra e que em relação a 2005 ou 2006 a câmara de Alpiarça tem menos 100 funcionários, referiu ainda que o Edital e as Normas de Participação na Alpiagra foram enviadas por carta às entidades e expositores habituais com mais de um mês de antecedência, relativamente à data da realização da mesma. -----

----- O sr. Presidente da Mesa, considerando o facto de se terem atingido as 24:00 horas, pôs à aprovação expressa do plenário a continuação dos trabalhos, tendo a continuidade dos mesmos sido aprovada por maioria, com oito votos a favor. -----

----- Posta a Moção de Censura apresentada pela bancada do PS, à votação, foi a mesma rejeitada com 10 votos contra da CDU-(PCP/PEV), 3 votos a favor do PS e 3 abstenções do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT). -----

----- Maria Fernanda Cardigo em nome da bancada da CDU-(PCP/PEV) apresentou e passou à leitura de uma Moção sobre a instabilidade das barreiras de Santarém que sofreu um deslizamento de terras na madrugada do dia 16 de Agosto de 2014. -----

----- Não havendo inscrições para discussão desta moção, o sr. Presidente da Mesa pôs a moção à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Marco Silva em nome da bancada CDU-(PCP/PEV) apresentou e passou à leitura de um Voto de Louvor à ginasta alpiarçense Raquel Aguiar. Não havendo inscrições para discussão deste voto de louvor, o sr. Presidente da Mesa pôs o voto de louvor à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Mário Santiago em nome da bancada do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT) apresentou e passou à leitura de um Voto de Protesto contra a atuação do atual Executivo CDU. -----

----- Paula Matias usou da palavra considerando que este voto de protesto desqualifica Alpiarça e não o Executivo CDU e rebateu ponto por ponto todo o seu conteúdo, manifestando a opinião que a sua bancada está completamente contra o teor do mesmo. Não se registando mais intervenções foi este voto de protesto posto à votação tendo sido rejeitado com 10 votos contra da CDU-(PCP/PEV), 3 abstenções do PS e 3 votos a favor do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT). -----

----- Miguel Sá Pereira em declaração de voto, disse ter-se absterido porque embora esteja de acordo com algumas passagens do voto, não está de acordo com o seu todo, nomeadamente quanto ao desaparecimento de Legados e como tal absteve-se. --

----- Fernando Ramalho em declaração de voto, disse concordar com quase tudo o que foi referenciado, porém não pode deixar de se abster, porque este voto de protesto mistura tudo e parece ser uma resposta de oposição do Partido Socialista, quando o mesmo apresentou um voto de protesto sobre uma única matéria e parece ser um voto com algum oportunismo político, por parte do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT), para mostrar que também cá está a fazer oposição. -----

----- O sr. Presidente da Mesa informou que ia dar a palavra ao sr. Presidente da Câmara tendo em conta que o Voto de Protesto vai contra a atuação do Executivo CDU, neste seu segundo mandato. -----

----- Fernando Ramalho evocou o artigo 30.º do Regimento para fazer um pedido de esclarecimento, ao que o sr. Presidente da Mesa respondeu que iria dar a palavra ao sr.

Presidente da Câmara e depois ouviria o pedido de esclarecimento do deputado Fernando Ramalho. -----

----- No uso da palavra o sr. Presidente da Câmara referiu que não tinha pedido a palavra, mas agradeceu a deferência do sr. Presidente da Mesa, dizendo que a população de Alpiarça conhece os eleitos e fez opções eleitorais e hoje dia 29 de Setembro de 2014, faz precisamente um ano em que a CDU ganhou as eleições autárquicas em Alpiarça, com maioria absoluta, obtendo uma expressiva maioria, em que os votos da CDU, são superiores à soma de todos os votos da oposição, considerando que a população de Alpiarça não se revê nesta imagem apresentada neste Voto de Protesto, cuja redação está convencido que foi escrita por uma pessoa que não conhece bem Alpiarça e que de alguma forma está a manipular alguns dos eleitos do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Apelou para que não se enverede por este caminho da confrontação, do levantar de suspeições, de insinuações e do desrespeito por regras que são muito caras à Democracia, que não se arraste a discussão política para o charco. Admitiu que em certos momentos se deixou levar por esse caminho, por gente que está a esse nível, mas que vai procurar não o fazer mais, com a ajuda dos seus camaradas, da sua força política e pela população que o elegeu. -

----- **Ponto 4 - Relatório da auditoria da IGF ao Município de Alpiarça, para conhecimento;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao deputado Fernando Ramalho, alegando este que a redação deste ponto da Ordem do Dia tinha a sua redação incompleta, evocando para tal o artigo 2.º, n.º 2, alínea g) do Regimento da Assembleia que refere textualmente “Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município”. -----

----- O sr. Presidente da Mesa respondendo ao deputado alegou que embora não conste da convocatória, tem por hábito pôr os pontos à discussão para e aceitar inscrições dos deputados que neles queiram intervir para tomadas de posição, tendo feito isso neste ponto, não vislumbrando onde está o desrespeito pelo Regimento. -----

----- Fernando Ramalho considerou que o Relatório desta Auditoria feita à Câmara de Alpiarça contém coisas muito graves e que aqui estão documentadas, dando como exemplo as contra-ordenações, cuja maioria dos processos estão há anos sem serem

analisados, alguns deles provavelmente já prescritos e que provoca diferenciação de tratamento entre cidadãos, denegação de justiça e revelador de desleixo por parte da câmara municipal a quem cabe instaurar e julgar todos estes processos. O deputado perguntou ainda ao sr. Presidente da Câmara o que pensa que poderá acontecer às habitações construídas ao abrigo de licenças de construção emitidas pela câmara, que venham a ser consideradas nulas, e relativas a processos de obras que baixaram ao Tribunal Administrativo, que irá julgar e aferir a sua nulidade. -----

----- Paulo Sardinheiro opinou que o que realça à vista é que há imensos procedimentos de ordem administrativa que estão por resolver desde 2010 o que revela uma grande inoperância a nível administrativo dentro da câmara. Relativamente às contra-ordenações, do seu ponto de vista, não será muito grave se não prejudicar os munícipes, mas há processos que devem ser resolvidos e não se ficar indefinidamente à espera que eles prescrevam. Opinou que alguém tem de pegar no Relatório com vontade de resolver os erros ou omissões detetadas pela referida Auditoria. -----

----- Miguel Sá Pereira concordou que de facto o relatório é revelador de uma certa desorganização administrativa principalmente a partir de 2010, que o mesmo deve ser olhado com preocupação e que gostaria de ouvir da parte do sr. Presidente da Câmara o que é que o Executivo pretende fazer para que numa próxima inspeção as deficiências aqui relatadas, já estejam corrigidas. -----

----- O sr. Presidente da Câmara usou da palavra para tentar responder às questões suscitadas pelos vários deputados, opinando que o que foi detetado na Auditoria e está mencionado neste Relatório é tudo menos grave. Alegou que o que é normal neste tipo de auditorias é que dezenas de processos sejam remetidos para os tribunais, coisa por exemplo que aconteceu em mandatos anteriores nesta câmara e que daí advenham consequências para os autarcas, o que até se está a verificar relativamente a auditorias anteriores e nós aqui não temos essas situações. Temos é um conjunto de aspetos puramente administrativos que estão a ser objeto de contraditório por parte dos serviços da Câmara e neste momento estão a ser tomadas medidas de correção aos erros ou dúvidas apontadas. Acrescentou que as situações que podem revestir um aspeto mais grave são as referidas pelo sr. deputado Fernando Ramalho relativamente às habitações construídas sob licenças camarárias que poderão vir a ser anuladas pelos Tribunais administrativos. Referiu ainda que neste fogo disparado pelo deputado em

questão, em relação às contra-ordenações, também atinge forças amigas e que ele aqui defendeu durante anos e o que tem para informar sobre isso, é que em 2010, logo nos primeiros meses do seu mandato e a seguir ao último mandato do PS, vieram a reunião de câmara dezenas e dezenas de processos de contraordenações, cuja caducidade teve de ser declarada, por terem sido ultrapassados largamente os prazos. Pegando na situação dos processos de obras referidos pelo deputado Fernando Ramalho que foram remetidos para o TAF e que respeitam a quatro licenças de construção para aquela faixa que se situa entre o Casalinho e o Frade de Cima, o sr. Presidente da Câmara informou que até Março de 2010 era possível construir uma habitação de apoio a uma área agrícola inferior a quatro hectares e que depois de uma alteração havida no PROT de Lisboa e Vale do Tejo, deixou de ser possível construir essas habitações. Entretanto a câmara municipal, por entendimento e pareceres jurídicos e técnicos, entendeu conceder licenças de construção baseadas nos processos de obras que já tinha sido objeto de parecer prévio favorável por parte dos serviços ao abrigo da anterior legislação. A Inspeção acha que essas licenças de construção são nulas, ao contrário do Executivo que mantém a sua posição baseada nos pareceres jurídicos e técnicos. E mais, caso as deliberações da câmara não se tivessem escudado nestes pareceres, o que a Inspeção estaria aqui a pedir era a dissolução do órgão câmara municipal e a perda de mandato para presidente e vereadores. -----

----- **Ponto 5 - A apreciação, discussão e votação da proposta de designação do Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo. EM, SA” - Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Lda”, representada por João António Carvalho Careca, ROC;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara que informou se trata apenas de uma proposta que vem da Assembleia Geral das Águas do Ribatejo e que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Alpiarça. -----

----- Não se registando qualquer intervenção por parte da assembleia o ponto foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade registando-se a ausência do deputado Mário Santiago. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo – Lei n.º 36/2014, de 26 de junho;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara que explicou que se trata de propor à assembleia municipal que aprove a participação do município de Alpiarça na futura Associação de Municípios do Vale do Tejo e também a aprovação dos Estatutos. Mais informou que é uma associação com fins específicos e que foi uma forma que se encontrou para que os municípios da Lezíria do Tejo e os municípios do Médio Tejo para gerir o património da antiga Assembleia Distrital de Santarém que agregava os 21 municípios do Distrito de Santarém e cujo património é o edifício do Arquivo Distrital de Santarém e a Colónia Balnear de Santarém, tem ativos, tem receitas e tem também dois funcionários que passarão para esta Associação. O principal objetivo desta associação é promover a recuperação da Colónia Balnear na Nazaré e devolvê-la à sua função inicial, que é permitir que os mais carenciados passem férias na Nazaré. -----

----- Paulo Sardinheiro e Gabriela Coutinho concordaram com a criação desta Associação que tomará posse dos ativos e do património da Assembleia Distrital de Santarém, e que de outra forma poderiam, em última instância ficar na posse do Estado. Fernando Ramalho opinou que o espólio dos arquivos distritais de Santarém, que dão despesa a gerir, deveriam esses sim passar para a alçada do Estado. O sr. Presidente da Mesa informou que esse tema, mereceria outra abordagem e que saía fora do assunto em discussão. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do deputado Mário Santiago. -----

----- **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Alpiarça;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara que explicou que se trata de adaptar os vários regulamentos que haviam nesta área aqui no município, à legislação que entretanto saiu relativamente a estas matérias, de serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, e isto obedeceu também a uma discussão dos técnicos na área do Ensino, ao nível da CIMLT, procurando uniformizar procedimentos e critérios, tendo sido aprovado por unanimidade do Conselho Municipal de Educação, aprovado por maioria na Câmara Municipal e vem agora à Assembleia Municipal para apreciação.

----- Não se registando qualquer intervenção por parte dos deputados municipais, foi o ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Antes de se entrar na discussão do ponto seguinte foi feito um intervalo. -----

----- **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Imposto Municipal de Imóveis (I.M.I.) para o ano de 2015;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara que disse tratar-se da proposta para o valor do IMI para vigorar no ano de 2015 e que à semelhança dos dois últimos anos vai no sentido de que em Alpiarça se aplique aos prédios urbanos a taxa mínima que é 0,3% e aos prédios rústicos a taxa de 0,8%. -----

----- Fernando Ramalho questionou a retirada da majoração de 30% a aplicar aos prédios urbanos degradados, não havendo qualquer esclarecimento na proposta que explique porque é que este ponto foi retirado, apesar de haver uma proposta inicial dos serviços em que essa majoração aparecia para aprovação. -----

----- Paulo Sardinheiro opinou que a partir do momento em que o governo português resolveu reavaliar todos os prédios urbanos, tendo o valor patrimonial dos prédios urbanos subido de forma exorbitante, e em que Alpiarça não foge à regra, esse facto tornou praticamente impraticável a aplicabilidade da taxa máxima de IMI, sob pena de deixar muitos proprietários impossibilitados de liquidarem este imposto. Por outro lado, com a retirada da majoração de 30% sobre o IMI a aplicar aos prédios degradados perguntou como é que a câmara estava a pensar forçar os proprietários que possuem os seus imóveis em risco de queda, a procederem ao seu arranjo. -----

----- O sr. Presidente da Câmara referiu que a proposta dos serviços é naturalmente uma proposta técnica que tem em conta a situação financeira do município, e que representa o enquadramento legal em que as decisões políticas podem ser tomadas e contrariamente àquilo que o deputado Paulo Sardinheiro diz, a taxa mínima não é a única que é possível aplicar, aliás a maioria dos municípios aplica a taxa máxima de 0,5%, em prédios urbanos que foram sujeitos a reavaliação tal como o foram os prédios de Alpiarça e do resto do país. Os serviços municipais tendo em conta uma perspectiva de receita que seria favorável às finanças municipais, e que era perfeitamente enquadrável num processo de recuperação financeira a que está sujeito o nosso município e que geraria um enorme acréscimo de receita. Não aplicando a taxa

máxima, nem sequer a intermédia, o município alpiarçense está a auxiliar e a apoiar todos os seus munícipes, que irão pagar pela taxa mínima. Quando à majoração sobre o IMI para prédios urbanos degradados, a proposta foi retirada em reunião de câmara, tendo em conta que é uma proposta impraticável, porque implicaria um trabalho de classificação e avaliação do estado físico dos imóveis com critérios objetivos, que obrigaria a uma escolha minuciosa dos prédios que sofreriam ou não a majoração. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 9 - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre participação variável no IRS – valor percentual para o ano 2015 – n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao deputado Fernando Ramalho, que considerou importante saber se os concelhos vizinhos teriam a participação máxima de 5% no IRS. O sr. Presidente da Câmara informou que no ano passado e tendo como base de análise a maioria dos municípios da CIMLT, Almeirim, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Santarém, todos tinham uma participação de 5%, Salvaterra de Magos uma Participação de 4% e Coruche uma participação de 3%. O sr. Presidente da Câmara considerou ainda que Alpiarça é um concelho competitivo face à maioria dos concelhos vizinhos, já que com exceção da Chamusca, todos os outros concelhos aplicam taxas de IMI superiores a Alpiarça. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesma aprovado por maioria, com treze votos a favor e três abstenções da bancada do PS. -----

----- **Ponto 10 - Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, na redação atualizada – Lei das Comunicações Eletrónicas.**

-----O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que estas taxas são cobradas às empresas de comunicações e que depois as imputam diretamente nas faturas apresentadas ao cliente. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da Proposta sobre Taxa de Derrama – valor percentual para o ano de 2015 – Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, na redação atualizada – Lei da Finanças Locais;** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao deputado Mário Santiago que fez uma longa intervenção sobre este ponto, tomando como exemplo o orçamento de 2013 disse que o mesmo apontava para uma previsão de receita de 8 milhões de euros, sendo que dentro da cobrança dos Impostos diretos o IMI contribuiria com 690.000€, o IUC contribuiria com 115.000€, o IMT (antiga Sisa) contribuiria com 267.000€ e a Derrama contribuiria com 47.000€. Na sua opinião e tendo em conta o futuro que se avizinha para o concelho em que se verificará uma diminuição de habitantes, uma diminuição de nascimentos, o aumento do envelhecimento, a diminuição de população ativa, a conseqüente diminuição de compra de habitação, de compra de automóveis etc, que a médio prazo resultarão num abaixamento significativo na cobrança de imposto diretos e sendo tão pequena a verba obtida com a cobrança da Derrama, o deputado concluiu que em sua opinião só resta um caminho que é tornar Alpiarça um concelho mais atrativo para a fixação de empresas, para o aumento do emprego, para haver uma renovação da população, nem que para isso a autarquia tenha que mudar os critérios de isenção de derrama ou pura e simplesmente prescindir da cobrança da Derrama, no presente, para bem do futuro de Alpiarça. -----

----- Paula Matias disse que embora seja uma verba pequena não acredita que o município possa prescindir da cobrança de derrama e que não é a sua abolição que trará mais empresas para Alpiarça, porque as políticas seguidas por este governo de direita têm levado ao encerramento de cada vez mais empresas e ao aumento desmesurado do desemprego, com todas as conseqüências que daí advêm. -----

----- O sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo o mesmo dito que este já é o segundo ano consecutivo que o Executivo de maioria CDU propõe alguns critérios para isenção de derrama, coisa que antes nunca aconteceu e conclui dizendo que gostava que lhe provassem quais são as câmaras onde não se pague derrama e que com isso tenham atraído empresas para os seus concelhos por esse motivo, nos últimos anos e que para fazer uma gestão responsável, não possível baixar mais os impostos locais para além do esforço que o município já está a fazer ao cobrar a taxa mínima de IMI. -----

----- Posto o ponto à votação foi aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU- (PCP/PEV), 3 abstenções da bancada do PS, 1 abstenção de Maria Gabriela Coutinho e

2 votos contra de Mário Santiago e Paulo Sardinheiro, todos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT). -----

----- Fernando Ramalho em declaração de voto disse que se absteve porque entende que esta questão da atratividade do concelho merecia um estudo por parte da câmara municipal, e tem dúvidas se a mexida na taxa da derrama tem ou não influência na instalação de grandes empresas em Alpiarça, até porque provavelmente as maiores empresas de Alpiarça nem têm sede no concelho e por isso não pagam cá derrama.

----- Miguel Sá Pereira em declaração de voto disse que se absteve porque entende a atratividade das empresas para o concelho não passa só pelo valor da taxa de Derrama, deve é haver uma estratégia por parte do município para atrair empresas para cá. -----

----- Mário Santiago apresentou uma declaração de voto escrita, em seu nome e em nome do seu colega de bancada Paulo Sardinheiro, com o seguinte teor: -----

“A Bancada do movimento TODOS POR ALPIARÇA, vem pelo presente meio apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa ao ponto 11 da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2014 relativa à proposta de Taxa de Derrama apresentada pelo Executivo do PCP/CDU, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

Considerando:

- a) Que existe amplo consenso dentro do nosso movimento, da população alpiarcense e da classe empresarial sobre a responsabilidade da Autarquia na falta de atratividade fiscal no concelho;
- b) Que decisivamente, o referido consenso manifesta-se explicitamente nas propostas de Taxa de Derrama em que em prejuízo da criação dessas condições, se propõem taxas máximas de derrama, que asfixiam financeiramente as empresas locais e afastam os investidores do nosso concelho;
- c) Que só com a vinda de novas empresas e com a criação de emprego, é possível desenvolver economicamente Alpiarça;
- d) Que consequentemente, só com mais empresas será possível maximizar a receita fiscal através da cobrança de impostos municipais sobre lucros, nomeadamente através da própria derrama, o que viria a contribuir decisivamente e positivamente para as finanças locais;
- e) Que a proposta de derrama subscrita pelo Executivo comunista, nomeadamente na delimitação negativa de incidência do imposto, prejudica brutalmente os pequenos empresários, nomeadamente o comércio de rua, os pequenos comerciantes, as micro e pequenas empresas, num concelho onde cada vez mais se assiste a uma desertificação deste tipo de atividade económica, e que vem agravar ainda mais o fosso entre Alpiarça e os concelhos vizinhos;
- f) Que a aplicação da taxa máxima de derrama as micro e pequenas empresas do setor agrícola, os coloca numa situação ainda mais dramática quando todos sabemos das consequências de um mau ano agrícola que caracterizou 2014.
- g) Que a aplicação de taxas de derrama elevadas, retiram reservas financeiras às empresas, prejudicando a sua capacidade de criação de emprego;
- h) Que o movimento Todos por Alpiarça, entende que esta proposta deveria ter sido antecedida de uma discussão alargada e integrada no âmbito da nossa Proposta de Incentivo à Economia Local e que foi oportunamente metida na gaveta pelo executivo do PCP/CDU;

26/32

l) Que deveria existir um Pacto Estratégico de Desenvolvimento Local que deveria ser subscrito pelas várias forças políticas, em que em benefício da nossa terra, do nosso concelho, e das nossas gentes, colocássemos Alpiarça à frente das divergências ideológicas e políticas.

Por tudo o que acima descrevemos, votamos CONTRA a proposta de aplicação de taxa de Derrama para o ano 2015, por comprometer irremediavelmente o desenvolvimento económico da nossa terra. Subscrita pelos deputados Municipais: Mário Santiago e Paulo Sardinheiro.” ----

----- **Ponto 12 - Apreciação da situação de má qualidade da água da Barragem dos Patudos – Quinta dos Patudos, Legado José Relvas, suas consequências e possíveis soluções.** -----

----- O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra a um representante da bancada do Partido Socialista, neste caso o deputado Fernando Ramalho, que no uso da palavra disse que o propósito do pedido de agendamento deste ponto por parte do PS, é o mesmo entender se o que se está a passar na Barragem dos Patudos é muito grave e permitir que haja contraditório e todos possamos usar da palavra, apesar do adiantado da hora, não ser a mais favorável para discutir deste ponto. É sabido que a qualidade da Barragem é má, que a situação não é de agora e que ninguém em Alpiarça está contente com aquela situação e todos pretenderiam ter a água boa para desfrutar de um espaço com condições excecionais que ali foram criadas. Recordou o que aconteceu há uns anos atrás quando a CDU era oposição e em que foi feito um grande alarido à volta da poluição das águas da vala e da barragem, tendo inclusivamente sido chamada a comunicação social, e estranhamente após cinco anos no poder, não são conhecidas propostas que possam resolver aquele problema, e ainda por cima este ano as condições agravaram-se, são trágicas, e por diversas vezes tem acontecido uma enorme mortandade de peixes. A dada altura o Vereador do PS insurgiu-se contra o facto de ser permitido que jovens usassem a barragem para fazerem uma prova desportiva, o que provocou uma série de comentários depreciativos, acusando-se o vereador de prejudicar Alpiarça, tentando impedir a realização desta prova. O deputado perguntou ao Executivo se tinha análises conclusivas da não perigosidade da utilização da Barragem por parte dos atletas, para que ali se pudesse desenrolar a prova, dado que autorizou a mesma. Perguntou também se havia a certeza se a construção da unidade depuradora das águas, por parte das Águas do Ribatejo, nas imediações da barragem, não contribuirá para o agravamento do problema e gostaria também de saber se as análises feitas pela Agência Portuguesa do Ambiente já foram disponibilizadas à câmara. -----

----- O sr. Presidente da Mesa, aceitou inscrições para a discussão deste ponto e concedeu cinco minutos a cada deputado que quisesse intervir sobre o mesmo. -----

----- Miguel Sá Pereira disse que o PS através do seu Vereador levantaram o problema com a barragem em virtude de ali ir decorrer uma prova, preocupados com a saúde pública, houve acusações de quererem boicotar a prova, a mesma esteve suspensa e depois acabou por se realizar. O deputado perguntou que tipo de análises é que foram feitas, para se chegar à conclusão que a prova se podia realizar na barragem sem perigo para os atletas. Havendo a informação que teriam também falado com o ministro da tutela, questionou se foi achada alguma solução para o problema e se em fundos comunitários haverá hipóteses para solucionar definitivamente o problema da barragem, até porque a morte de peixes na barragem chegou a ser bandeira do PCP enquanto oposição, para se chamar cá a comunicação social. -----

----- Mário Santiago manifestou a sua insatisfação por este ponto ser agendado para último, porque deveria ter sido a uma hora decente em que pudesse ser promovido um debate e um esclarecimento por parte de técnicos que percebem do assunto e que pudessem prestar um esclarecimento mais cabal sobre possíveis soluções para debelar definitivamente o problema da barragem. -----

----- Paulo Sardinheiro também foi da opinião que deveria haver um esclarecimento mais técnico do problema, mas como isso não foi feito, espera que o Executivo venha a poder aproveitar os quadros comunitários que aí vêm, para resolver o assunto de vez.

----- Marco Silva também manifestou a opinião que o assunto foi bem trazido para discussão pela oposição, mas não o foi feito para ser debatido com seriedade, porque continuam a insistir que nada tem sido feito para debelar o problema que assola a água da Barragem dos Patudos e que tem provocado a morte de peixes. Já foi explicado tanto em reuniões de câmara como aqui nesta assembleia o que tem vindo a ser feito e a oposição continua a querer ignorar essas informações. -----

----- Fernanda Garnel usou da palavra para dizer que este assunto já aqui foi debatido vários vezes, já foi várias vezes respondido que o problema da barragem é um problema de excesso de matéria orgânica, que precisava de uma intervenção de fundo, recorrendo a fundos comunitários, como a câmara municipal não possui essas verbas e em indo remediando o problema como pode. -----

----- Paula Matias também disse ter achado pertinente que este assunto tivesse sido agendado na ordem de trabalhos, mas pensava que o PS vinha preparado com documentação e ideias para resolver o problema de uma forma séria. Garantiu que a CDU tem o direito e o dever de defender a barragem em voz alta, porque muitos dos que aqui estão não se lembram, mas outros lembrar-se-ão com certeza, que quando a CDU deu início aos trabalhos de construção da barragem, o Partido Socialista emitiu um comunicado em que dizia que a barragem era a maior barbaridade e queria acabar com a barragem e se calhar há pessoas do PS que estão contentes com o que está a acontecer. Acrescentou que o Executivo tudo tem feito e tem-se empenhado para resolver o problema e tem a certeza que quando houver uma solução definitiva para o a sua resolução, o tema será agendado para uma discussão séria e nessa altura todos teremos oportunidade de discutir e aprovar uma solução que voltará a colocar a nossa barragem como ela era e sem problemas nas águas que levem à morte de peixes. -----

----- O sr. Presidente da Mesa aceitou inscrições para dos senhores deputados que quisessem usar do direito de contraditório para a discussão deste ponto e concedeu mais dois minutos e meio a cada deputado para o fazerem. -----

----- Fernando Ramalho referiu que o vereador do PS entregou na Câmara Municipal um Relatório onde estão contempladas as possíveis soluções para o problema da barragem, elas passam nomeadamente pela diminuição da quantidade de nutrientes existentes na água da barragem, porque os nutrientes fazem crescer as microalgas que consomem o oxigénio destinado aos peixes. Neste momento a CDU e o PS sabem que a solução passa pela implantação de sistemas de oxigenação da água e pela dragagem dos sedimentos que estão do fundo da barragem. Portanto o Executivo terá de orçamentar os custos para a resolução do problema e se for possível que os mesmos possam vir a ser suportados por fundos comunitários tanto melhor. Mas o que o PS quer saber é porque é que foi autorizada uma prova desportiva na barragem sem se ter uma análise completa da sua água, sem se saber quais são os seus contaminantes e se a mesma poderia pôr ou não em risco a saúde dos atletas que nela participaram. -----

----- Miguel Sá Pereira respondendo à deputada Paula Matias disse que o Partido Socialista atuou neste caso de forma responsável e procurou evitar que se realizasse uma prova na barragem sem se estar na posse de todos os elementos que garantissem que a água estava em condições de realizar uma prova desportiva na barragem.

Quanto ao vir-se para a televisão e para a comunicação social, para divulgar o problema, disse que quem o fez há já vários anos foi a CDU numa altura em haviam meia dúzia de peixes moribundos e afirmou que o PS vai para a comunicação social ou para a televisão no sentido da defesa dos interesses da população de Alpiarça. -----

----- Mário Santiago, relativamente ao problema da barragem, opinou que já ouviu várias intervenções sobre o assunto, mas que nenhuma delas é conclusiva e que devemos deixar as pessoas que sabem destas coisas resolverem o problema, porque não é às três da manhã que vamos aqui inventar soluções para a morte dos peixes. -----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que adora a nossa barragem, disse que não gosta de ver os peixes a morrerem e gostava que o problema fosse resolvido. Também sabe que a câmara já falou com várias entidades, entre elas o Ministério do Ambiente, e que está a tentar solucionar o problema e que isso a satisfaz. -----

----- Fernanda Garnel voltou a frisar que o problema da Barragem dos Patudos é um problema complexo de resolver, que há imensa matéria orgânica no fundo da barragem que é preciso retirar e que isso não pode ser feito com maquinaria da câmara, tem de ser uma intervenção mais ampla que nem agora, nem nos próximos tempos a autarquia tem capacidade de fazer por si só. -----

----- Marco Silva referiu que para além de toda a matéria que se vai acumulando no fundo da barragem decorrente dos concursos de pesca que ali se realizam, é preciso não esquecer que no início quando o paredão da barragem foi feito e quando a albufeira começou a encher, toda a matéria vegetal que existia no seu leito ficou submersa e que também ela ao decompor-se consome oxigénio. -----

----- Paula Matias rematou, afirmando que a bancada CDU tem toda a confiança no Executivo CDU e que o mesmo está a envidar todos os esforços e a tomar todas as providências para resolver o problema da Barragem dos Patudos. -----

----- O sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o problema da má qualidade da água da barragem de Alpiarça, não é de agora é um problema que se arrasta há vários anos, é um problema preocupante que já existia no tempo dos mandatos do PS e que nunca foi resolvido, mesmo nessa altura, quando havia outro tipo de condições económicas para o resolver. Neste momento a câmara tem feito o que é possível para colmatar o problema e espera vir a resolvê-lo, não sabe se definitivamente, porque é sabido que há um conjunto grande de barragens, lagos e

planos de água com características semelhantes à barragem de Alpiarça, que sofrem do mesmo problema da eutrofização e onde também há morte de peixes. Quanto às análises da água, disse que as análises sempre foram feitas regularmente com a periodicidade que a lei impunha. Também já foi dito que em momentos próximos da realização da prova de Triatlo, que acontece uma vez por ano e regularmente desde 1998, também normalmente são feitas análises específicas para a realização da prova, análises essas que sempre têm permitido realizar o segmento de natação das provas de Triatlo. Relativamente a esta segunda prova de Triatlo que se realizou na altura do festival do Melão, foi uma prova que nem estava prevista e que Alpiarça a realizou a solicitação da Federação de Triatlo de Portugal. Ao contrário do que foi dito essa prova nunca esteve cancelada, havia era um plano B, porque a câmara de Alpiarça alertou que a água da barragem estava verde, plano esse que passava pela utilização das piscinas municipais, mas que não agradava à Federação porque os triatletas não gostam de fazer o segmento de natação em piscinas. Na sequência da comunicação do sr. Vereador Pedro Gaspar à Federação de Triatlo, a mesma de modo unilateral decidiu optar pelo plano B, colocando até de forma indevida, no respetivo site, algumas referências à Barragem dos Patudos. O que a Câmara Municipal fez foi entrar em contacto com a Federação e informar que tínhamos resultados de análises recentes que garantiam que não haveria problemas para que a prova se realizasse conforme estava previsto, e a Federação acabou por realizar a prova nos moldes iniciais, com o segmento de natação a realizar-se na barragem. -----

----- Relativamente ao fenómeno da eutrofização das águas, já foi dito mais do que uma vez, que a câmara de Alpiarça está a equacionar intervir profundamente no curso de água, de acordo com o que tem sido indicado como sendo a melhor solução, com descargas de fundo, embora isso coloque também algumas reservas porque a jusante temos a Vala e o Tejo. A própria intervenção em profundidade também coloca alguns problemas, porque irá libertar mais matéria orgânica sedimentada. Daí que estejamos expetantes quanto ao próximo quadro comunitário de apoio e à conversa que houve com o Ministro do Ambiente que remeteu o assunto para o Secretário de Estado. -----

O sr. Presidente da Câmara informou que tem consciente que o que tem estado a ser feito são apenas métodos paliativos com a colocação de arejadores, com a injeção, noite e dia, de água limpa proveniente de um furo que está desativado e já não serve a

rede pública, referiu que este problema da eutrofização se vai manter ao longo do tempo e enquanto não for encontrada uma solução definitiva para o problema, para a qual conta com a colaboração de todos. -----

----- Neste momento o deputado Fernando Ramalho informou o sr. Presidente da Mesa que necessitava de se retirar e ausentou-se da sala. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

O Presidente da Assembleia deu início ao primeiro período de intervenção do público, para o qual se inscreveram dois munícipes. -----

Deu a palavra ao munícipe Eduardo Costa, que falou da situação das águas da barragem. -----

Em seguida falou a munícipe Cláudia Hortelão que apresentou o problema de sua rua, rua do Pinhal da Torre, e solicitou as necessárias obras com urgência. Relativamente à Alpiagra, disse que estava de acordo com as críticas aqui feitas pelo Partido Socialista, que deve haver respeito pelas mesmas e que podem ser um contributo para a sua melhoria. Criticou ainda a posição da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). --

Em seguida interveio o Sr. Presidente da Câmara, que referiu que a sua intervenção no que respeita à qualidade das águas da barragem, tem a ver com o relatório da APA, ou seja o organismo do Governo responsável nessa área. -----

Respondendo à munícipe Cláudia Hortelão, o Sr. Presidente disse que existem intervenções regulares com a niveladora, mas que eventualmente haverá necessidade de uma intervenção de fundo, até ao limite urbano, sendo impensável ir para além desse limite. As críticas e os reparos à organização da feira, são do conhecimento do município em primeira mão, até porque os próprios expositores preenchem um formulário anónimo nesse sentido. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Mesa, eram três horas e trinta e seis minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que assim foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____